



Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

CNPJ nº 33.466.988/0001-38

Relatório da Administração Banco Caixa Geral - Brasil - 2013

5 Anos de Atividade

O Banco Caixa Geral - Brasil ("Banco"), controlado a 100% pela Caixa Geral de Depósitos, maior grupo bancário de Portugal, completou neste exercício 5 anos de atividades, após seu retorno ao Brasil como banco múltiplo, em abril de 2009. Tendo como estratégia ser uma instituição financeira que desenvolve atividades de banco comercial e de banco de investimento sem rede de agências, o Banco Caixa Geral - Brasil atende três segmentos de clientes: empresas, pessoas físicas e investidores institucionais. Com presença em São Paulo e Rio de Janeiro, desenvolve seus negócios com dois objetivos prioritários:

- Apoiar as empresas e indivíduos portugueses e aqueles oriundos de países onde o Grupo Caixa Geral de Depósitos está presente, no desenvolvimento ou implantação de suas atividades no Brasil, o maior país de língua portuguesa; e,
 - Estender a seus clientes, além de uma oferta integrada de produtos e serviços, o apoio da rede internacional do Grupo Caixa Geral de Depósitos presente em 24 países, para assessorar e financiar as atividades comerciais e de investimentos que eles tenham na Europa, África e China.
- A importância estratégica da presença no Brasil para os investimentos e negócios ligados às empresas e à comunidade portuguesa, bem como a dimensão dos movimentos empresariais brasileiros - quer os direcionados à África de língua portuguesa e China, quer os direcionados a setores ligados à infraestrutura onde a Caixa Geral de Depósitos possui experiência e track record destacados na Península Ibérica, foram os elementos-chave na decisão do investimento que o Grupo CGD realizou no Brasil, através da constituição de um Banco com uma sólida base de capital, e com a aquisição de uma Corretora de Valores em 2012.

Em 2013, o BCG-Brasil continuou mantendo, de forma consistente, sua estratégia de banco de atacado e de investimento, cujo diferencial se concentra no foco dado às empresas que atuam no setor de infraestrutura, principalmente as ligadas às rodovias, energia, saneamento, portos e aeroportos, bem como no apoio aos movimentos de internacionalização de empresas brasileiras. Além disso, o Banco continuou a aumentar sua base de clientes, a ampliar sua oferta de produtos e serviços, e a estudar as sinergias a serem ainda extraídas do investimento realizado com a aquisição de 50% do capital da CGD Investimentos, Corretora de Títulos e Valores Mobiliários que opera sob a marca "CGD Securities".

Apresentamos, a seguir, os comentários da Administração sobre as Atividades e o Desempenho do Banco Caixa Geral - Brasil relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, bem como suas Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Contexto Econômico

A conjuntura econômica brasileira apresentou em 2013 um cenário complexo, com a atividade econômica em patamar inferior ao esperado, refletindo na performance de diversos setores da economia, entre eles a do setor financeiro.

O Brasil enfrentou um ano de baixo crescimento econômico, com o PIB evoluindo 2,3% em 2013. Entre os desafios, o Brasil teve em 2013 uma inflação de 5,91% que excedeu o centro da meta oficial, embora dentro do intervalo estabelecido, graças ao controle de preços administrados. Além disso, o aumento do déficit nas contas-correntes, acabou por exercer pressão para a desvalorização do Real. O programa de concessões públicas também foi afetado, resultando em atraso na implementação das obras de infraestrutura em diversas partes do país.

A política fiscal produziu superávits primários insuficientes, elevando o risco de rebaixamento por parte das agências de rating. Concomitantemente, no plano internacional, o Brasil sofreu também a pressão exercida sobre os mercados emergentes, com o anúncio e implementação de uma política monetária mais restritiva nos Estados Unidos, o que teve impacto significativo no ingresso de capitais, especialmente na conta de investimentos em carteira.

Estratégia

O Banco Caixa Geral - Brasil desenvolve suas atividades no Brasil focando-se na atividade de Corporate & Investment Banking em alguns nichos selecionados.

Do ponto de vista da sua estratégia geográfica, o Banco foca sua atuação nos fluxos de negócios entre Brasil/Ibéria, Brasil/África, e Brasil/China, acompanhando o processo de internacionalização de empresas brasileiras para Portugal, Espanha, África do Sul, Angola e Moçambique, assim como dos expressivos movimentos comerciais com a China, em parceria com outras unidades do Grupo CGD presentes nesses países.

Com um total de mais de 600 clientes entre empresas, pessoas físicas e investidores institucionais no Brasil, o Banco concentra a sua atuação comercial nas Regiões Sul e Sudeste, mas tem progressivamente estendido a sua cobertura a empresas estabelecidas nas Regiões Norte e Nordeste. O Banco Caixa Geral - Brasil possui oferta integrada de serviços financeiros, a qual abrange transações em moeda local e moeda estrangeira, envolvendo os seguintes segmentos de negócios e produtos:

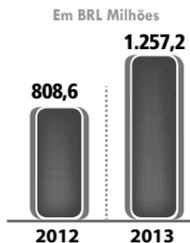
Áreas de Negócios	Produtos
Corporate Banking	- Financiamentos em moeda local e moeda estrangeira - incluindo os de comércio exterior - Garantias - Repasses do BNDES e do BNB
Investment Banking	- Financiamento de Projetos - Fusões e Aquisições - Financiamentos Estruturados - Operações de Mercado de Capitais (Dívida e Ações)
Tesouraria	- Câmbio - Derivativos (Câmbio, Juros, Inflação, índices e Opções)
Pessoas Físicas e Investidores Institucionais	- Alternativas de Investimentos em Renda Fixa (CDB, Letra Financeira, LCI, LCA, CRI, Debêntures entre outros) - Alternativas de Investimentos em Renda Variável e Serviços de Corretagem através da CGD Securities - Câmbio - Derivativos

Desempenho

Ativos e Passivos - Ativos Totais e Carteira de Crédito

- Os Ativos Totais atingiram R\$ 1.215 milhões em 31 de Dezembro de 2013, os quais comparados a R\$ 1.267 milhões em Dezembro de 2012, mostra a estabilidade mantida no volume dos ativos, porém com uma composição substancialmente diferente da do ano anterior, na qual se constata um forte crescimento das Operações de Crédito e dos Títulos e Valores Mobiliários. No exercício 2013, os Ativos Totais estão representados por: R\$ 531,7 milhões em Operações de Crédito, R\$ 48,9 milhões em Outros Créditos (composto por Cessões), R\$ 311,2 milhões em Títulos e Valores Mobiliários, R\$ 261,7 milhões em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, e, R\$ 57,8 milhões em Permanente - dos quais 96% são relativos ao investimento realizado na Corretora de Valores.

CARTEIRA DE CRÉDITO DO BCG-BRASIL



Destaca-se no exercício 2013, o significativo crescimento da Carteira Total de Crédito que somava R\$ 1,26 bilhão em Dezembro de 2013, a qual apresentou variação de 55% quando comparada à de Dezembro de 2012 (R\$ 808,6 milhões), amparada no amadurecimento das relações comerciais com a atual base de clientes, e também na conquista de novos clientes. Destaca-se a boa performance da Carteira de Crédito, a qual apresentou crescimento de provisão regulatória em linha com o crescimento da própria Carteira (41,2%).

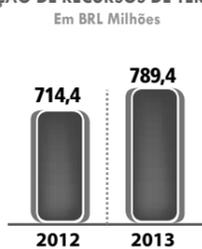
Carteira de Crédito Bruto (R\$ 000)	2012	2013	Δ%	Δ Montante
Operações de Crédito	300.742	552.162	84%	251.420
Outros Créditos - Cessões	6.564	14.419	120%	7.855
TVM (Títulos de Crédito Privado)				
- Debêntures	73.991	91.898	24%	17.907
Garantias, Fianças e Avais	427.254	598.689	40%	171.435
Total Carteira de Crédito Bruta	808.551	1.257.168	55%	448.617
Provisões de Crédito (R\$ 000)	2012	2013	Δ%	Δ Montante
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.198	5.624	34%	1.426
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	69	282	309%	213
Provisão para risco de créditos de garantias e fianças prestadas	1.851	2.734	48%	883
Total	6.118	8.640	41%	2.522

Ressaltamos que o BCG-Brasil desde o início de suas atividades em 2009, não apresenta inadimplência em sua carteira de crédito.

Ativos e Passivos - Captação de Terceiros

O Banco Caixa Geral-Brasil vem crescendo consistentemente sua Captação de Recursos de Terceiros junto a Empresas, Pessoas Físicas e Investidores Institucionais, tendo encerrado o exercício de 2013 com R\$ 789,4 milhões, o que representou um crescimento de 10% quando comparado aos R\$ 714,3 milhões captados em Dezembro de 2012. Vale destacar o crescimento na captação externa, onde o Banco se financiou em mais de R\$ 100 milhões junto a entidades do Grupo CGD, e o crescimento da captação em Letras de Crédito Imobiliário, resultando na manutenção de um custo de captação competitivo quando comparado a bancos de porte similar.

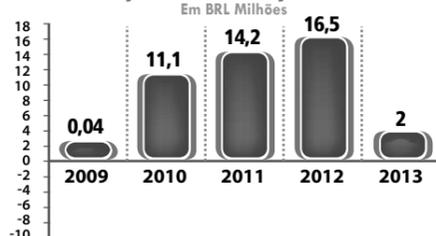
CAPTAÇÃO DE RECURSOS DE TERCEIROS



Resultado Individual do Banco antes da Consolidação

Destaca-se no exercício de 2013 o crescimento das Receitas de Intermediação Financeira em 3,2%, amparado no destacado crescimento das Rendas de Operações de Crédito, mas o qual foi impactado pela redução nos Resultados com Títulos e Valores Mobiliários e com Derivativos influenciados pela grande volatilidade havida no período, provocada por eventos domésticos e internacionais. No entanto, o aumento das Despesas de Captação e de Empréstimos, alinhado com o aumento da base de depósitos e da taxa de juros no decorrer do exercício, provocou um decréscimo do Resultado Bruto de Intermediação Financeira de 47,9%.

RESULTADO LÍQUIDO DO BCG-BRASIL ANTES DA CONSOLIDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NA CORRETORA



O Resultado do exercício também foi impactado por uma Receita de Prestação de Serviços 26,2% menor do que a do exercício 2012, em função da postergação de importantes mandatos de assessoria financeira a clientes, principalmente aqueles associados a concessões nos setores ligados à infraestrutura.

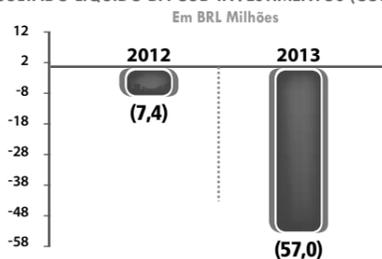
Vale destacar que as Despesas de Pessoal, Tributárias e Operacionais foram significativamente inferiores às do mesmo período em 2012, resultado de uma política efetiva de controle de custos. Ainda assim, o Resultado Operacional foi de - R\$ 29,7 milhões em função de dois elementos: equivalência patrimonial de - R\$ 28,5 milhões associada à participação de 50% do Banco Caixa Geral - Brasil na CGD Investimentos, Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, e à despesa relacionada à amortização do ágio oriundo dessa aquisição no montante de R\$ 2,6 milhões, despesa essa responsável pelo incremento de 16,6% nas Despesas Administrativas quando comparadas às do mesmo período em 2012.

O Banco Caixa Geral - Brasil, excluindo os efeitos decorrentes da participação na Corretora de Valores - CGD Investimentos, alcançou um resultado de R\$ 2,0 milhões, que compara com R\$ 16,5 milhões do mesmo período em 2012.

Resultado de Participadas

Desde Junho de 2012, o Banco Caixa Geral - Brasil detém 50% do capital da CGD Investimentos, Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, a qual opera sob a marca "CGD Securities". Outra entidade do Grupo CGD - o Caixa Banco de Investimento (Portugal) detém os restantes 50%, bem como a responsabilidade por sua estratégia e condução de negócios. A aquisição teve como objetivos apoiar nossos clientes no acesso ao mercado de capitais não só no Brasil, mas também no exterior, e, também o de oferecer um canal exclusivo para entrada de investidores estrangeiros europeus no mercado de capitais brasileiro, investidores esses clientes da ESN (European Securities Network), associação formal entre 10 corretoras europeias, da qual o Caixa Banco de Investimento (Portugal), acionista da "CGD Securities", é membro.

RESULTADO LÍQUIDO DA CGD-INVESTIMENTOS (CORRETORA)



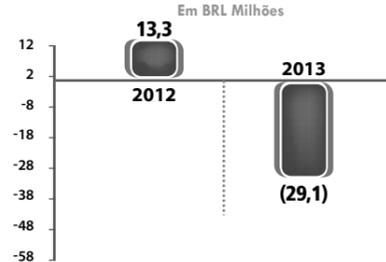
Em 2013 foram iniciados os investimentos necessários para fortalecer seus diferentes negócios, mas a queda significativa do nível de atividade no mercado de renda variável brasileiro no segmento de Pessoas Físicas, nesse exercício, foi determinante para a apuração na Corretora de um resultado negativo de - R\$ 57,0 milhões (R\$ 7,4 milhões no mesmo período em 2012). O resultado negativo da Corretora, em 2013, decompõe-se num prejuízo de BRL 10 milhões relativo a atividade corrente e em outra parcela

de BRL 47 milhões respeitante à baixa de créditos tributários oriundos do ágio da aquisição da Corretora (BRL 28,8 milhões), prejuízos fiscais (BRL 11,5 milhões) e contingências fiscais, cíveis e trabalhistas (BRL 6,7 milhões). A baixa desses créditos tributários no balanço da Corretora decorre de um entendimento que a sua manutenção não se enquadraria na resolução número 3059 do Banco Central do Brasil. Todavia, o reconhecimento dos efeitos da baixa nas Demonstrações Financeiras da Corretora, não invalida a possibilidade de, em função da performance econômica futura da Corretora e do normativo fiscal hoje existente, os referidos créditos tributários serem utilizados, não se perdendo assim o benefício fiscal deles decorrente.

Resultado Consolidado

Quando consolidada a equivalência patrimonial do seu Investimento correspondendo a 50% do capital da Corretora (CGD Investimentos) de - R\$ 28,5 milhões e, incorporada às Despesas Administrativas a despesa com amortização do ágio relativa a essa aquisição, no montante de R\$ 2,6 milhões, o Resultado Consolidado do Banco Caixa Geral - Brasil para o exercício 2013 foi de - R\$ 29,1 milhões, o que compara com R\$ 13,3 milhões apurado no exercício 2012.

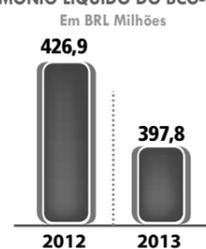
RESULTADO CONSOLIDADO DO BCG-BRASIL



Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do Banco Caixa Geral - Brasil totalizou R\$ 397,8 milhões em 31 de Dezembro de 2013, comparado a R\$ 426,9 milhões em Dezembro de 2012. O decréscimo do Patrimônio Líquido é decorrente do resultado do exercício, essencialmente afetado pela performance da Corretora.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO BCG-BRASIL



Índice de Basileia

A mensuração do capital regulamentar é efetuada de acordo com o Método Padronizado de Basileia III e considera:

- Risco de Crédito - parcela de exigência de capital para a exposição de ativos a compromissos de crédito, ponderados por fator de risco;
 - Risco de Mercado - parcela de exigência de capital para as exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de moedas estrangeiras, de índices de preços e de taxa de juros, do preço de commodities e de ações classificadas na carteira de negociação e de taxa de juros não classificadas na carteira de negociação; e
 - Risco Operacional - exigência de parcela específica de capital. O Banco Caixa Geral - Brasil, em conformidade com a Circular nº 3.477/09 do Banco Central do Brasil, divulga trimestralmente informações referentes à Gestão de Riscos e ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) com maior detalhamento no endereço eletrônico www.bcgbrasil.com.br.
- Em 31 de Dezembro de 2013, o índice de Basileia, calculado para o Conglomerado Financeiro Caixa Geral, composto pelo Banco Caixa Geral - Brasil e CGD Investimentos CVC é de 23,9%, demonstrando que o Banco possui a base de capital necessária para dar livre curso ao crescimento dos seus ativos projetado para os próximos anos.

Rankings

- Top 10 em Project Finance - 2009/2010/2012 pela ANBIMA - Associação Brasileira de Mercados Financeiro e de Capitais
- Top 10 em Fusões e Aquisições - 2010/2011/2012 pela ANBIMA - Associação Brasileira de Mercados Financeiro e de Capitais
- 7º entre os 20 Bancos que mais cresceram em Depósitos Totais em 2012, entre os Pequenos e Médios - Ranking Finanças do Valor Econômico 1000 Empresas - edição 2013
- Top 50 em Câmbio pelo Banco Central do Brasil - 2009/2010/2011/2012/2013

Agências de Ratings

- O Banco possui os seguintes ratings:
- Fitch Ratings desde 2011
 - Rating Nacional de Longo Prazo A+ (bra)
 - Rating Nacional de Curto Prazo F1 (bra)
 - Rating de Suporte 3
 - RiskBank também efetua análise e scoring do Banco desde 2010
 - classificado como "baixo risco no médio prazo"

Operações que Merecem Destaque

- Assessoria financeira exclusiva à **Odebrecht Transport** - OTP na Licitação das Rodovias Federais - BR 163/MT. Capex estimado de R\$ 2,4 bilhões nos 5 primeiros anos.
- Assessoria financeira exclusiva à **EDP Renováveis Brasil** para captação de recursos e modelagem financeira dos parques eólicos Baixa do Feijão I, II, III e IV - Capex estimado em R\$ 470 milhões.
- Coordenador da Oferta Pública de Cotas do FIDC OMNI VIII no montante de R\$ 118 milhões para a **Omni Financeira**.
- Coordenador da Oferta Pública de Debêntures no montante de R\$ 400 milhões para a **JSL - Júlio Simões Logística**.
- Coordenador do Financiamento da Aquisição da **GlobeNet** no montante de USD 366 milhões para o Fundo de Infraestrutura do BTG Pactual. Operação eleita "Private Equity Deal of the Year 2013" pela revista LatinFinance.
- Financiamento de Médio Prazo no montante de R\$ 100 milhões para a **Arval**, empresa de locação de frota corporativa do Grupo BNP Paribas.

Governança Corporativa

O Banco Caixa Geral - Brasil possui um Conselho de Administração que conta com membros independentes e com vasta experiência na área financeira e corporativa. Além disso, o Conselho de Administração conta com o suporte dos comitês técnicos de Auditoria e Remuneração, ambos integrados por membros do Conselho de Administração, sendo o Comitê Técnico de Auditoria presidido por um dos membros independentes, o qual revisou e recomendou ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras encerradas em 31 de Dezembro de 2013. Em atendimento à Resolução 3.988 do Banco Central do Brasil, a gestão de capital é realizada com o apoio do Comitê de Gerenciamento de Capital, responsável pela estruturação e acompanhamento do Plano Estratégico de Capital do Banco.

* continuação

**Relatório da Administração
Banco Caixa Geral - Brasil - 2013**

Gestão de Riscos

A função de Riscos no Banco Caixa Geral - Brasil é independente das áreas de negócios e mantém vínculo funcional com a Diretoria de Riscos da Caixa Geral de Depósitos. A gestão de riscos foi estruturada com base numa Gerência de Riscos de Crédito e numa Gerência de Riscos de Mercado, Liquidez e Operacional. A gestão de riscos do Banco apoia-se nos seguintes princípios:

- Independência da função de riscos;
- Envolvimento da Alta Administração nas tomadas de decisão;
- Manutenção de um perfil de risco conservador e baixa volatilidade em relação aos riscos de crédito e de mercado, os quais são monitorados com

base em critérios de concentração por clientes, setores, produtos, prazos - entre outros.

O Banco Caixa Geral - Brasil, através da sua área de Controles Internos, vem atendendo todos os requisitos das autoridades de supervisão, bem como da sua Matriz, além de focar-se no contínuo aperfeiçoamento das estruturas do Banco.

Recursos Humanos

Em 31 de Dezembro de 2013, o Banco Caixa Geral - Brasil possuía 66 colaboradores, efetivo substancialmente estável quando comparado ao mesmo período em 2012 (67 colaboradores). O Banco estruturou a sua equipe de base com executivos de grande experiência profissional no Brasil e no exterior, os quais estão contribuindo para que a instituição seja eficiente

e competitiva nos seus nichos de atuação. Em parceria com a CIEE - Centro de Integração Empresa - Escola, o Banco contava com 17 estagiários em Dezembro de 2013, cooperando assim para a formação de novos profissionais no setor bancário.

Agradecimentos

A Administração do Banco Caixa Geral - Brasil agradece aos clientes que em nós depositam confiança, ao seu acionista Caixa Geral de Depósitos pelo apoio recebido, aos seus funcionários pelo compromisso e dedicação e, aos nossos fornecedores e demais entidades com quem nos relacionamos pela colaboração.

**Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012
(Em milhares de reais)**

Ativo	Nota	2013	2012	Passivo	Nota	2013	2012
Circulante		658.440	896.100	Circulante		643.194	486.719
Disponibilidades	4	3.431	445	Depósitos	16.a	359.272	216.895
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	261.721	654.323	Depósitos à vista		5.588	1.217
Aplicações em operações compromissadas		259.572	627.665	Depósitos interfinanceiros		134.454	127.428
Aplicações em depósitos interfinanceiros		2.149	100	Depósitos a prazo		219.230	88.250
Aplicações em moeda estrangeira		-	26.558	Captações no Mercado Aberto	16.b	138.757	165.755
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		205.882	11.686	Carteira própria		138.757	165.755
Carteira própria	6.b	10.729	9.152	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	16.c	12.485	7.415
Vinculados a compromissos de recompra	6.b	110.729	-	Obrigações por emissão de letras de crédito imobiliário		9.396	-
Vinculados à prestação de garantias	6.b	82.066	-	Obrigações por emissão de letras financeiras		3.089	7.415
Instrumentos financeiros derivativos	7.a	2.358	2.534	Relações Interdependências		392	184
Relações Interfinanceiras		34	61	Recursos em trânsito de terceiros		392	184
Créditos vinculados		34	61	Obrigações por Empréstimos e Repasses		119.632	13.109
Operações de Crédito		145.142	148.408	Repasses do país - Instituições oficiais	16.d	12.247	13.109
Operações de crédito		145.142	148.408	BNDES		10.953	10.051
Setor privado	9.c	147.518	150.823	Finame		1.294	3.058
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(2.376)	(2.415)	Empréstimos no exterior	16.e	107.385	-
Outros Créditos		42.223	81.018	Instrumentos Financeiros Derivativos	7	4.266	1.113
Carteira de câmbio	10	15.057	58.929	Instrumentos financeiros derivativos		4.266	1.113
Rendas a receber	12	3.806	10.329	Outras Obrigações		8.390	82.248
Negociação e intermediação de valores		1.857	2	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		8	63
Diversos	11	21.785	11.827	Carteira de câmbio	10	40	57.295
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(282)	(69)	Sociais e estatutárias	17.a	-	4.105
Outros Valores e Bens		7	159	Fiscais e previdenciárias	17.b	2.347	3.047
Despesas antecipadas		7	159	Negociação e intermediação de valores		32	7.354
Realizável a Longo Prazo		498.583	282.525	Diversas	17.c	5.963	10.384
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	-	8.392	Exigível a Longo Prazo		172.388	353.374
Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	8.392	Depósitos	16.a	139.061	288.801
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		105.277	120.402	Depósitos a prazo		139.061	258.257
Carteira própria	6.b	52.946	68.798	Depósitos interfinanceiros		-	30.544
Vinculados a compromissos de recompra	6.b	28.723	5.192	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	16.c	12.159	4.443
Vinculados à prestação de garantias	6.b	1.586	1.466	Obrigações por emissão de letras de crédito imobiliário		7.849	4.443
Instrumentos financeiros derivativos	7.a	22.022	44.946	Obrigações por emissão de letras financeiras		4.310	-
Operações de Crédito		386.580	147.391	Obrigações por Empréstimos e Repasses		7.992	17.955
Operações de crédito		386.580	147.391	Repasses do país - Instituições oficiais	16.d	7.992	17.955
Setor privado	9.c	389.828	149.174	BNDES		4.608	7.955
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(3.248)	(1.783)	Finame		3.384	10.000
Outros Créditos		6.726	6.340	Instrumentos Financeiros Derivativos	7	5.995	34.678
Rendas a receber	12	208	3	Instrumentos financeiros derivativos		5.995	34.678
Diversos	11	6.518	6.337	Outras Obrigações		7.181	7.497
Permanente		57.818	89.062	Sociais e estatutárias	17.a	171	171
Investimentos		55.589	86.696	Fiscais e previdenciárias	17.b	3.984	5.316
Participação em controlada	13	55.589	86.696	Diversas	17.c	3.026	2.010
Outros investimentos		2	2	Resultado de Exercícios Futuros		1.422	649
Provisão para perdas		(2)	(2)	Rendas antecipadas		1.422	649
Imobilizado de Uso	14	1.499	1.418	Patrimônio Líquido		397.837	426.945
Outras imobilizações de uso		2.347	2.034	Capital social	20.a	400.000	400.000
Depreciações acumuladas		(848)	(616)	De domiciliados no exterior		400.000	400.000
Diferido		268	576	Reservas de lucros		26.945	26.945
Gastos de organização e expansão		1.653	1.635	Ajuste ao valor de mercado - TVM		(7)	-
Amortizações acumuladas		(1.385)	(1.059)	Prejuízos acumulados		(29.101)	-
Intangível	15	462	372	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.214.841	1.267.687
Outros ativos intangíveis		1.318	1.106				
Amortizações acumuladas		(856)	(734)				
Total do Ativo		1.214.841	1.267.687				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 e para o Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2013
(Em milhares de reais)**

	Capital social	Reserva de lucros Legal	Reserva de lucros Expansão	Ajuste ao valor de mercado - TVM	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	400.000	1.312	17.127	(180)	-	418.259
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	180	-	180
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	13.335	13.335
Destinação do lucro líquido:						
Constituição de reservas (nota 20.c)	-	666	7.840	-	(8.506)	-
Juros sobre o capital próprio (nota 20.b)	-	-	-	-	(4.829)	(4.829)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	400.000	1.978	24.967	(7)	(29.101)	426.945
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	(7)	-	(7)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(29.101)	(29.101)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	400.000	1.978	24.967	(7)	(29.101)	397.837
Saldos em 30 de Junho de 2013	400.000	1.978	24.967	(11)	(7.436)	419.498
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	4	-	4
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	(21.665)	(21.665)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	400.000	1.978	24.967	(7)	(29.101)	397.837

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 e para o Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional
O Banco Caixa Geral - Brasil S.A. ("Banco") é parte integrante do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de origem portuguesa e está organizado sob a forma de banco múltiplo, atuando através das carteiras comercial, de câmbio e de investimento. O Banco é o sucessor legal do Banco Financeiro Português - "em Liquidação Ordinária". Em 3 de dezembro de 2008, foi transformado em banco múltiplo e teve a sua liquidação ordinária suspensa. Em 1º de abril de 2009, o Banco iniciou suas operações como banco de atacado e de investimento. O Grupo Caixa de Geral de Depósitos, por meio de suas controladas, Banco Caixa Geral Brasil S.A. (Brasil) e Caixa Banco de Investimento, S.A. (Portugal), adquiriram a Banif Corretora de Valores e Câmbio S.A. ("Banif CVC"), por meio dos seguintes eventos: (a) A CGD Participações em Instituições Financeiras ("CGD Participações"), controlada pelo Banco Caixa Geral Brasil S.A. (Banco) e pela Caixa Banco de Investimento, S.A. (Portugal), em partes iguais, em conformidade com as condições previstas no "Acordo de Investimento e de Compra e Venda de Ações", celebrou em 2 de junho de 2010 e aditamentos posteriores, a aquisição de 70% do capital social da Banif CVC. (b) Em 12 de julho de 2010, o Banco deteve 588.821 quotas, livres de ônus e encargos, equivalentes a 50% do total das quotas representativas do capital social da CGD Participações, com efeitos a partir de 1º de junho de 2010. Nessa mesma data, a entidade Caixa Banco de Investimento, S.A. (Portugal) passou a deter os 50% restantes das quotas da CGD Participações. (c) Em 26 de agosto de 2011, foi assinado o Decreto Presidencial do Governo Brasileiro, que aprovou a participação estrangeira da CGD Participações, no capital social da Banif CVC. (d) Em 9 de abril de 2012, o Banco Central do Brasil - BACEN aprovou a transferência do controle acionário (70% da participação acionária) da CGD Investimentos, por meio da aquisição de ações do Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A. para a CGD Participações. (e) Conforme Ata de Assembleia Extraordinária em 10 de maio de 2012 e Comunicado do Banco Central do Brasil de 8 de junho de 2012, que alterou e aprovou, respectivamente, a denominação social de Banif Corretora de Valores e Câmbio S.A. para CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. ("CGD Investimentos"). (f) Em 11 de junho de 2012, a CGD Participações adquiriu as ações remanescentes (30% da participação do Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A.) tornando-se o único acionista. Dessa forma, o Banco, através da sua controlada CGD Participações, passou a deter 50% do capital social da referida Corretora em conjunto com o Caixa Banco de Investimento, S.A. (Portugal), o qual igualmente passou a deter 50% do capital. (g) Em 31 de outubro de 2012, como parte da reestruturação societária do Grupo, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação, de forma reversa, da totalidade do acervo líquido da controladora CGD Participações pela controlada CGD Investimentos. A incorporação, amparada por laudo elaborado por peritos independentes, com base em balanço levantado em 30 de junho de 2012, foi efetivada pela absorção de todos os ativos e passivos da CGD Participações, que se extinguiu, tendo sido sucedida pela CGD Investimentos em todos os seus bens, direitos e obrigações (nota 13). Dessa forma, o Banco passou a deter participação direta de 50% do capital social da CGD Investimentos. Essa operação foi aprovada em 29 de abril de 2013 pelo Banco Central do Brasil.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN e Conselho Monetário Nacional - CMN, e em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas revisadas periodicamente pelo Banco, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, valorização de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, avaliação do valor recuperável, vida útil de determinados ativos e constituição de imposto de renda e contribuição social diferido. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, embora nem todos tenham sido homologados pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: a) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; b) CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08; c) CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução

**A Administração
Demonstrações do Resultado
para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012
e para o Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2013
(Em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por ação)**

	Nota	2013	2012
Receitas da Intermediação Financeira		56.505	88.709
Operações de crédito		32.311	53.901
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		24.536	36.210
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.e	993	1.387
Resultado de operações de câmbio		(1.335)	(2.789)
Despesas da Intermediação Financeira		(31.429)	(55.412)
Operações de captações no mercado		(29.257)	(48.901)
Operações de empréstimos e repasses		(2.681)	(4.872)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	9.e	509	(1.639)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		25.076	33.297
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(42.622)	(63.030)
Receitas de prestação de serviços	24	9.811	17.373
Resultado de participação em controlada	13	(26.077)	(28.495)
Despesas de pessoal		(15.711)	(29.548)
Outras despesas administrativas	25	(10.327)	(20.317)
Despesas tributárias	26	(1.968)	(3.890)
Outras receitas (despesas) operacionais	27	1.650	1.847
Resultado Operacional		(17.546)	(29.733)
Resultado não Operacional		-	(1)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		(17.546)	(29.734)
Imposto de Renda e Contribuição Social		(4.119)	633
Ativo fiscal diferido	19.a	(4.119)	633
Participação no Lucro		-	-
Lucro (Prejuízo) Líquido do Semestre/Exercício		(21.665)	(29.101)
Lucro (Prejuízo) por Ação no Final do Semestre/Exercício (R\$)		(20,19)	(27,12)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa
para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012
e para o Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2013
(Em milhares de reais)**

	Nota	2013	2012
Fluxo de Caixa de Atividades Operacionais		9.347	3.639
Lucro líquido ajustado no semestre/exercício		9.347	3.639
Lucro (prejuízo) líquido do semestre/exercício		(21.665)	(29.101)
Ajustes ao lucro (prejuízo) líquido:		31.012	32.740
Amortização do ágio	25	1.306	2.612
Depreciações e amortizações	25	347	680
Resultado da participação em controlada	13	26.077	28.495
Provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	27.b	626	883
Provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa		(509)	1.639
Provisão para impostos e contribuições diferidos		736	(188)
Créditos tributários		3.383	(445)
Provisão para contingências	27	(954)	(936)
Variações dos Ativos e Obrigações		(104.249)	(299.417)
Redução (aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez		2.800	101.687
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		(33.785)	(204.608)
(Aumento) redução em operações de crédito		16.448	(237.349)
Redução em outros créditos		71.024	38.641
Redução em outros valores e bens		7	152
(Aumento) redução em relações interfinanceiras e interdependências (ativas/passivas)		(2.568)	235
(Redução) aumento em depósitos no mercado aberto		23.408	(7.363)
(Redução) aumento em captação no mercado aberto		(111.448)	(26.998)

★ continuação **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 e para o Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2013** (Em milhares de reais)

CMN nº 3.750/09; **d)** CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.939/11; **e)** CPC 23 - Registro contábil e evidenciamento de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; **f)** CPC 24 - Divulgação de eventos subsequentes ao período a que se referem as demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11; **g)** CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; e **h)** CPC 00 - Pronunciamento contábil básico (R1) - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12. Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN aprovará os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, nem se a adoção dos mesmos será feita de maneira prospectiva ou retrospectiva. A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Administração do Banco em 27 de março de 2014.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

a) Apuração do resultado: As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência, o qual reconhece os efeitos das operações sujeitas à variação monetária em base "pró-rata" dia. As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, nas datas das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais.

b) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment"): É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por "impairment" são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda. **c) Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. **d) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até as datas dos balanços. **e) Títulos e valores mobiliários:** De acordo com a Circular nº 3.068/01, do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: **(i)** Títulos para negociação: são avaliados pelo valor de mercado, e seus ajustes são contabilizados em contrapartida à conta adequada de receitas e despesas do exercício. **(ii)** Títulos disponíveis para venda: contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajuste ao valor de mercado - TVM". **(iii)** Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do exercício. Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" estão apresentados no ativo circulante, independente do seu vencimento. **f) Instrumentos financeiros derivativos:** De acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN, e a Carta-Circular nº 3.026/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações a termo, futuros, *swaps* e opções são contabilizados segundo os seguintes critérios: • Operações a termo: pelo valor final do contrato líquido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito. As receitas e despesas são auferidas em razão da fluência dos contratos até a data das demonstrações financeiras; • Operações de futuros: os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta de ativo ou passivo, de acordo com a natureza do saldo, e apropriados mensalmente no resultado do exercício; • Operações de *swaps*: os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pró-rata" dia até a data das demonstrações financeiras; • Opções: os valores dos prêmios pagos ou recebidos são reconhecidos em adequada conta de ativo ou passivo, respectivamente, na data da operação até seu efetivo exercício, quando então são baixados como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo valor de exercício, ou, caso a opção não seja exercida, como receita ou despesa, conforme resultado auferido. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelos seus valores de mercado e a valorização ou desvalorização reconhecida no resultado do exercício. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como: I - "hedge" de risco de mercado; e II - "hedge" de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte: (1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do exercício; e (2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários. **g) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** São registradas considerando os rendimentos decorridos, reconhecidos em base "pró-rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuada. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa é constituída considerando-se a classificação pelo nível de risco feita pela Administração, que considera a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, editada pelo BACEN, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nesta classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente a renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita somente quando efetivamente recebidos. **h) Operações em moeda estrangeira:** As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, na data das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais e as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do período. **i) Ativos circulante e realizável a longo prazo:** São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes a valor de mercado. **j) Permanente:** • Investimentos: A participação em controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão registrados pelo custo de aquisição. O ágio com fundamento na previsão de resultados futuros da controlada é amortizado em consonância com os prazos de projeções que o justificaram ou, quando baixado o investimento, por alienação ou perda, antes de cumpridas as previsões. O ágio constituído pela aquisição de intangíveis classifica-se, de acordo com suas características, em uma das seguintes condições: **(i)** se decorrente de capital aplicado na aquisição de direitos cuja existência ou exercício tenha duração limitada e é amortizado em consonância com o prazo estimado de verificação do evento que o determinam ou, quando baixado o investimento, por alienação ou perda, antes de decorrido o prazo estimado de amortização; **(ii)** se decorrente de capital aplicado na aquisição de direitos cuja existência ou exercício tenha duração indeterminada é mantido ativado até a verificação do evento que o determinam ou, quando baixado o investimento, por alienação, perda ou extinção. Se, em qualquer oportunidade o valor contábil for notoriamente superior ao valor de mercado, apurado por processo de avaliação ou pesquisa de mercado é constituída provisão para adequar o valor contábil ao valor de mercado. • Imobilizado de uso: É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a vida útil econômica dos bens, sendo as principais

taxas anuais: 10% para instalações, móveis e utensílios e 20% para veículos e equipamentos de processamento de dados. • Intangível: Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada ou pelo prazo do respectivo contrato de uso a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. **k) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais e provisão para risco:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios: • Ativos e passivos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; • Provisão para risco - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. • Passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; e • Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se as demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente. **l) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% acima de limites específicos. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15% do lucro antes do imposto de renda. Adicionalmente, são constituídos créditos tributários, a taxas vigentes à época das demonstrações financeiras, calculados sobre prejuízos fiscais e adições temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos e são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos" sendo realizado quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. **m) Passivos circulante e exigível a longo prazo:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços. **n) Estimativas contábeis:** A elaboração de informações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências, provisão para devedores duvidosos, a valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos, determinação da vida útil remanescente de ativos tangíveis, sistemas e ativos e direitos intangíveis, bem como da apropriação das despesas de depreciação e amortização e o registro de créditos tributários e as análises de "impairment". A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa as estimativas e premissas periodicamente.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2013	2012
Disponibilidades	3.431	445
Aplicações em operações compromissadas (nota 5)	259.572	558.879
Total de caixa e equivalente de caixa	263.003	559.324

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, as aplicações em depósitos interfinanceiros apresentam, na data de aquisição, prazo de vencimento superior a noventa dias.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2013			2012		
	Até 3 meses	De 3 meses a 12 meses	Total	Até 3 meses	Acima de 12 meses	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	2.149	2.149	100	8.392	8.492
Aplicações em operações compromissadas (*)	259.572	-	259.572	627.665	-	627.665
Aplicações em moedas estrangeiras	-	-	-	26.558	-	26.558
Total	259.572	2.149	261.721	654.323	8.392	662.715

Aplicações em depósitos interfinanceiros

Aplicações em operações compromissadas (*)

Aplicações em moedas estrangeiras

Aplicações em depósitos interfinanceiros

Aplicações em operações compromissadas (*)

Aplicações em moedas estrangeiras

Aplicações em depósitos interfinanceiros

Aplicações em operações compromissadas (*)

Aplicações em moedas estrangeiras

Aplicações em depósitos interfinanceiros

Aplicações em operações compromissadas (*)

Aplicações em moedas estrangeiras

Aplicações em depósitos interfinanceiros

Aplicações em operações compromissadas (*)

Aplicações em moedas estrangeiras

a) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado:

	2013			2012		
	Valor de custo	Ganhos/(Perdas) não realizados	Valor de Mercado	Valor de custo	Ganhos/(Perdas) não realizados	Valor de Mercado
Swap - diferencial a receber	19.040	4.890	23.930	9.276	37.799	47.075
Swap - diferencial a pagar	(7.595)	(1.639)	(9.234)	(5.928)	(29.533)	(35.461)
Total Swap	11.445	3.251	14.696	3.348	8.266	11.614
NDF - a receber	-	-	-	87	(6)	81
NDF - a pagar	(219)	(692)	(911)	(89)	(28)	(117)
Total NDF	(219)	(692)	(911)	(2)	(34)	(36)
Opções - prêmios e opções a exercer	537	(87)	450	114	210	324
Opções - prêmios e opções lançadas	(175)	59	(116)	(86)	(127)	(213)
Total opções	362	(28)	334	28	83	111
Total	11.588	2.531	14.119	3.374	8.315	11.689

Os instrumentos financeiros derivativos referem-se a operações de *Swap*, *Non Deliverables Forward* - *NDF*, Futuros e Opções, sendo registradas na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos e na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi apurado com base nos preços e taxas divulgados pela BM&FBOVESPA.

b) Composição do valor de referência por vencimento:

	2013					2012				
	Até 3 meses	4 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Até 3 meses	4 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Swap - posição ativa	7.200	7.000	31.000	231.167	276.367	101.560	25.300	43.200	238.867	408.927
Swap - posição passiva	12.965	12.771	17.600	203.002	246.338	13.439	-	35.200	197.302	245.941
NDF - posição ativa	-	-	-	-	-	596	1.782	-	-	2.378
NDF - posição passiva	235.070	7.045	-	-	242.115	-	6.162	-	-	6.162
Opções a exercer	25.000	13.000	-	-	38.000	60.750	-	-	-	60.750
Opções lançadas	27.000	14.500	-	-	41.500	2.463	-	-	-	2.463
Futuros - posição comprada	427.475	208.919	29.514	-	665.908	437.237	85.437	27.889	35.013	585.576
Futuros - posição vendida	117.026	66.887	272.893	6.400	463.206	42.914	25.249	181.895	40.710	290.769
Total	851.736	330.122	351.007	440.569	1.973.434	658.958	143.930	288.185	511.892	1.602.965

c) Composição por indexador:

	2013			2012		
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência
Operações de <i>Swap</i>						
Posição ativa	23.930	-	276.367	47.075	-	408.927
Dólar x Libor	6.386	-	147.302	12.956	-	147.302
Euro BCE x CDI	12.755	-	32.025	5.571	-	32.025
IPCA x CDI	2.123	-	49.840	21.085	-	49.840
Pré x CDI	2.666	-	47.200	6.463	-	78.200
CDI x Dólar	-	-	-	999	-	101.560
Posição passiva	-	(9.234)	246.338	-	(35.461)	245.941
Pré x CDI	-	(108)	5.700	-	-	-
CDI x Dólar	-	(208)	25.736	-	-	-
CDI x Euro	-	-	-	-	(783)	13.439
CDI x IPCA	-	(1.920)	50.000	-	(20.897)	50.000
CDI x Libor	-	(2.998)	8.800	-	(3.200)	17.600
Libor 1M x Dólar	-	(4.000)	156.102	-	(10.580)	164.902
Total de operações de <i>Swap</i>	23.930	(9.234)	522.705	47.075	(35.461)	654.868
Operações de <i>NDF</i>						
Posição ativa	-	-	-	81	-	2.378
Posição passiva	-	(911)	242.115	-	(117)	6.162
Total de operações de <i>NDF</i>	-	(911)	242.115	81	(117)	8.539
Opções de dólar - posição comprada	450	-	38.000	324	-	60.750
Opções de ações - posição vendida	-	(116)	41.500	-	(213)	2.463
Total de operações de Opções	450	(116)	79.500	324	(213)	63.213
Operações de Futuros						
Posição comprada	3.454	-	665.908	449	-	585.576
DDI	1.359	-	218.738	65	-	151.866
D11	2	-	154.386	13	-	379.515
DOL	2.093	-	291.270	18	-	54.195

continua ★

★ continuação Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 e para o Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

c) Composição por indexador:	2013			2012		
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência
EUR	-	-	-	276	-	-
IND	-	-	1.514	77	-	-
Posição vendida	-	(1.597)	463.206	-	(701)	290.769
DDI	-	(948)	133.356	-	(341)	34.757
DI1	-	(222)	252.420	-	(86)	173.603
DOL	-	(23)	28.697	-	(273)	42.914
EUR	-	(403)	48.733	-	(1)	39.495
IND	-	(1)	-	-	-	-
Total de Operações de Futuros	3.454	(1.597)	1.129.114	449	(701)	876.345
Total	27.834	(11.858)	1.973.434	47.929	(36.491)	1.602.965

d) Valor de referência por local de negociação:

	Bolsa BM&FBovespa	Balcão (Cetip)	Total 2013	Bolsa BM&FBovespa	Balcão (Cetip)	Total 2012
Operações de swap	49.740	472.965	522.705	178.040	476.828	654.868
Operações de NDF	-	242.115	242.115	-	8.539	8.539
Opções	79.500	-	79.500	63.213	-	63.213
Futuros - posição comprada	665.908	-	665.908	585.576	-	585.576
Futuros - posição vendida	463.206	-	463.206	290.769	-	290.769
Total	1.258.354	715.080	1.973.434	1.117.598	485.367	1.602.965

As operações envolvendo contratos de futuros de índices e moedas são realizadas para proteção das exposições globais do Banco e em operações para atendimento aos seus clientes. Os ajustes sobre os contratos de futuros são apurados diariamente, e liquidados em D+1, na conta de negociação e intermediação de valores. e) Resultado com instrumentos financeiros derivativos: Informamos a seguir os ganhos e as perdas (realizados ou não) que impactaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

	2º semestre de 2013			Exercício de 2013			Exercício de 2012		
	Ganho	Perda	Líquido	Ganho	Perda	Líquido	Ganho	Perda	Líquido
Swap	44.342	(42.065)	2.277	117.193	(109.821)	7.372	150.732	(146.819)	3.913
NDF	3.812	(6.358)	(2.546)	6.563	(10.664)	(4.101)	2.568	(2.762)	(194)
Opções	1.014	(1.087)	(73)	19.862	(19.767)	95	26.140	(25.405)	735
Contrato de futuros	209.802	(208.467)	1.335	342.046	(344.025)	(1.979)	188.741	(192.247)	(3.506)
Total	258.970	(257.977)	993	485.664	(484.277)	1.387	368.181	(367.233)	948

f) Valor e tipo de margem dados em garantia: O montante de margem depositado em garantia na BM&FBovespa e CBLC das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 tem a seguinte composição:

	2013	2012
Títulos e valores mobiliários - Carteira própria	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	82.066	-
Operações Compromissadas - Carteira de terceiros (nota 5)	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	68.786
Total	82.066	68.786

A rubrica "Vinculados à prestação de garantias" é composta também por Letras Financeiras do Tesouro - LFT no montante de R\$ 1.586 (R\$ 1.465 em 2012) vinculadas a depósitos judiciais (nota 18.a). g) Derivativos Utilizados como Instrumentos de "Hedge": Em 31 de dezembro de 2013, as estruturas de "hedge de risco de mercado" são compostas por contratos futuros de DDI, com valor atualizado de R\$ 94.693 e vencimentos que variam de julho de 2014 a outubro de 2014, e visam proteger o Banco das flutuações nas captações efetuadas em moeda estrangeira, tendo sido registrados (perdas) ou ganhos no valor de R\$ 781, os quais foram registrados diretamente no resultado. O valor de mercado das captações no exterior é de R\$ 94.494 e está classificado como objeto de "hedge de risco de mercado" e sofreu ajuste a mercado que foi reconhecimento no resultado no valor de R\$ 776. A efetividade das estruturas do "hedge de risco de mercado" é medida mensalmente por intermédio do resultado financeiro, oriundo do valor de mercado dos derivativos designados para "hedge" e do instrumento objeto de "hedge". A efetividade apurada para a carteira de "hedge" em 31 de dezembro de 2013 está em conformidade com o padrão estabelecido pelo BACEN e não foi identificada nenhuma parcela inefetiva a ser registrada contabilmente durante o período. As operações acima não representam a exposição global do Banco aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, por contemplarem apenas os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge".

8. Gestão de Riscos

O Conglomerado Financeiro Caixa Geral Brasil conta com processos de gestão de risco abrangentes, através dos quais pode monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades. Estes processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez e operacional. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas. O processo de gestão de riscos tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar os eventos de risco (natureza interna e externa) que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte, bem como o cumprimento de seus objetivos, gerando impactos nos resultados, no capital e na liquidez do Banco. A estrutura de controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional é centralizada e visa assegurar que as diversas unidades seguem as políticas e os procedimentos estabelecidos. A identificação, agregação e acompanhamento dos riscos são feitos de modo a fornecer informações para as decisões da alta direção. I - Risco de Mercado: O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos fatores de risco de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities"). A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição identifica, mensura, monitora os riscos de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, objetivando a otimização da relação risco retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequadas. O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócios, responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco. Além disso, também realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, visando fornecer subsídios para acompanhamento pela Administração local, pela Matriz e para atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e no exterior. O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado. As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas: • Valor em Risco (VaR - Value at Risk): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos; • Perdas potenciais em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos do portfólio quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos da BM&FBovespa ou própria); • Alerta de Stop Loss: Perdas efetivas somadas num determinado horizonte de tempo. O Banco adota uma política de alertas baseada em gatilhos; • Sensibilidade (PV01): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base a.a. nas taxas de juros atuais. Os limites e a exposição aos riscos de mercado são conservadores quando comparados ao Patrimônio de Referência do Banco. Em 31 de dezembro de 2013, o VaR para um horizonte de 10 dias ao qual o Banco estava exposto era de R\$ 1.564. II - Risco de Crédito: O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 de 30 de abril de 2009 do CMN, o Banco possui uma estrutura e uma política de gerenciamento do risco de crédito, aprovada pelo seu Conselho de Administração. A gestão de risco de crédito do Banco visa preservar a qualidade dos ativos de crédito em patamares adequados. Esta gestão é feita tanto no nível individual dos ativos que compõem a carteira, quanto no nível consolidado desta carteira. No nível individual, o risco de crédito é avaliado quando da concessão dos limites/operações e acompanhamento periódico da qualidade do ativo. São levados em consideração a qualidade intrínseca da contraparte/grupo e a estrutura da operação, que pode conter mitigadores de risco como garantias. Destas análises, derivam as classificações de risco das operações e correspondentes níveis de provisionamento em linha com a perda esperada, por sua vez calculada com base nos parâmetros utilizados para o cálculo do capital. No nível consolidado, são monitorados os elementos globais da carteira, visando atender os requisitos regulatórios e as políticas internas aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco. Este monitoramento busca identificar possíveis concentrações de carteira, de forma estática e dinâmica. A avaliação deste monitoramento pode resultar em ações corretivas ou preventivas, quando a Administração do Banco julgar necessário. III - Risco Operacional: O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos

internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. A crescente sofisticação do ambiente e dos negócios bancários e a evolução da tecnologia tornam mais complexos os perfis de risco das organizações, delineando com mais nitidez esta classe de risco, cujo gerenciamento apesar de não ser prática nova, requer agora uma estrutura específica, distinta das tradicionalmente aplicadas aos riscos de crédito e de mercado. Em linha com os princípios da Resolução nº 3.380 de 29 de junho de 2006 do CMN, o Banco definiu uma política de gerenciamento do risco operacional, com a aprovação ratificada pelo seu Conselho de Administração. A política constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas. A estrutura formalizada na política prevê os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionados ao risco operacional, e os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura. O Banco possui também metodologia e sistema aplicativo, que é o mesmo utilizado por sua Matriz - a Caixa Geral de Depósitos - para o registro dos eventos de risco operacional e indicação dos processos a que se relacionam. Foi estabelecido um Comitê de Riscos Operacionais onde são apresentadas as ocorrências, as perdas operacionais e os mitigantes implementados ou propostos. A partir de 01 de julho de 2008 entrou em

c) Composição da carteira por vencimento:

	2013						2012					
	Vencido	1 a 30	31 a 90	91 a 180	181 a 360	Acima 360	Total	Total	Total	Total	Total	
Capital de giro	919	40.634	66.265	3.177	24.257	381.812	517.064	268.414	-	-	114	
Crédito rotativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	114	
Financiamento - Fname	22	-	309	-	966	3.406	4.703	11.020	-	-	11.020	
Financiamento - BNDES	-	-	537	10.432	-	4.610	15.579	20.064	-	-	20.064	
Financiamento de títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	385	
Adiantamento sobre contrato de câmbio - ACC (nota 10)	-	-	1.182	13.634	-	-	14.816	745	-	-	745	
Títulos com característica de concessão de crédito (nota 11)	-	14.419	-	-	-	-	14.419	6.564	-	-	6.564	
Total	941	55.053	68.293	27.243	25.223	389.828	566.581	307.306	-	-	307.306	

d) Composição da carteira por nível de risco:

Nível	Faixa de provisão - %	2013			2012		
		Vencido	Curso normal	Provisão	Vencido	Curso normal	Provisão
AA	-	-	64.702	-	19.534	-	
A	0,50%	-	108.502	542	44.449	222	
B	1,00%	919	320.971	3.219	162.714	1.627	
C	3,00%	22	71.465	2.145	80.609	2.418	
Total		941	565.640	5.906	307.306	4.267	

e) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa:

	2013	2012
Saldo no início do exercício	(4.267)	(19.801)
Provisão constituída	(1.933)	(5.704)
Reversão de provisão	294	22.003
Saldo ao final do exercício	(5.906)	(4.267)

f) Cessões de crédito, créditos renegociados e créditos recuperados: No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, houve aquisição de crédito, sem coobrigação, no montante de R\$ 14.419. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 houve aquisição de crédito, sem coobrigação, no montante de R\$ 14.553. Não houve recuperações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Foram reconhecidas como receitas de operações de crédito no montante de R\$ 123 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

10. Carteira de Câmbio

	2013	2012
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	15.022	17.092
Direitos sobre vendas de câmbio	-	41.837
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 9.a)	35	-
Total	15.057	58.929
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	-	41.999
Obrigações por compras de câmbio	14.821	16.041
Adiantamento sobre contrato de câmbio (nota 9.a)	(14.781)	(745)
Total	40	57.295

A carteira de câmbio, em 2013 e 2012, possui prazo de até 6 meses.

11. Outros Créditos - Diversos

	2013	2012
Programa de Integração Social - PIS a compensar (i)	-	1.682
Créditos tributários de contribuição social - Medida Provisória nº 1.807/99 (i)	-	1.219
Créditos tributários de contribuição social sobre adições temporárias (i)	-	518
Contribuição social a restituir (i)	-	314
IR e CSLL (i)	-	146
Provisão para realização dos créditos tributários, PIS a compensar (i)	-	(3.879)
Subtotal	-	-
Títulos de crédito a receber (nota 9.a)	14.419	6.564
Crédito tributário de IR e CSLL (nota 19.b)	9.612	9.163
Impostos e contribuições a compensar	3.083	1.810
Pagamentos a ressarcir	60	55
Adiantamento e antecipações salariais	101	130
Depósitos judiciais	917	213
Valores a receber de Sociedades Ligadas (nota 21.b)	53	52
Outros	58	177
Total	28.303	18.164
Circulante	21.785	11.827
Realizável a longo prazo	6.518	6.337

(i) A Administração, tendo em vista as contingências do Banco Financeiro Português, que encontrava-se em "Liquidação Ordinária" e tendo em vista o início das atividades como banco múltiplo e com base na Resolução CMN nº 3.059/02 e disposições posteriores, manteve provisão para realização da totalidade desses créditos. Em 31 de dezembro de 2013, esses créditos foram utilizados pelo Banco.

vigor a legislação do BACEN obrigando as instituições financeiras a alocar capital para risco operacional. O Banco optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico. IV - Risco de Liquidez: O risco de liquidez é a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O Stress Test de liquidez utiliza como premissas uma queda na base de captações, inadimplência e stress na carteira de derivativos para assim simular um fluxo de caixa para situações adversas. Essa métrica é acompanhada mensalmente no Comitê de Ativos e Passivos (ALCO). Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelas áreas de controle e de gestão de liquidez. Como partes dos controles diários são estabelecidos limites de caixa mínimo, os quais permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir um caixa confortável e rentável. Uma descrição mais detalhada da estrutura de riscos está disponível no site www.bcgbrasil.com.br/Divulgacao-informacoes/Gestao-Risco.

9. Operações de Crédito

As informações da carteira de crédito, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, estão assim apresentadas:

a) Composição da carteira por modalidade de operação:

	2013	2012
Capital de giro	517.064	268.414
Crédito rotativo	-	114
Financiamento - Fname	4.703	11.020
Financiamento - BNDES	15.579	20.064
Financiamento de títulos e valores mobiliários	-	385
Total de operações de crédito com característica de concessão de crédito	537.346	299.997
Outros créditos e títulos a receber (*)	14.419	6.564
Adiantamento sobre contrato de câmbio (nota 10)	14.816	745
Total de operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito	566.581	307.306
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.624)	(4.198)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(282)	(69)
Total da provisão	(5.906)	(4.267)
Circulante	173.240	155.648
Realizável a longo prazo	387.435	147.391

(*) Em 31 de dezembro de 2013, refere-se às operações de títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito adquiridas sob a forma de cessão de crédito sem coobrigação no montante de R\$ 14.419 (R\$ 6.564 em 2012) com vencimento final em janeiro de 2014 (janeiro de 2013 em 2012) (nota 11). Em setembro de 2012, houve o recebimento parcial do valor contábil das operações de títulos e crédito a receber de direitos a serem sub-rogados decorrente de garantia prestada, integralmente provisionados em junho de 2011. A provisão anteriormente constituída foi integralmente revertida no resultado de 2012 e o valor residual dos títulos foi reconhecido como despesa do exercício na rubrica "Outras despesas operacionais" (nota 27.b).

b) Composição da carteira por setor de atividade:

	2013	2012
Setor Privado:		
Indústria	178.164	85.656
Comércio	116.819	48.268
Outros	271.598	173.382
Total	566.581	307.306

	2013						2012					
	Vencido	1 a 30	31 a 90	91 a 180	181 a 360	Acima 360	Total	Total	Total	Total	Total	
Capital de giro	919	40.634	66.265	3.177	24.257	381.812	517.064	268.414	-	-	114	
Crédito rotativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	114	
Financiamento - Fname	22	-	309	-	966	3.406	4.703	11.020	-	-	11.020	
Financiamento - BNDES	-	-	537	10.432	-	4.610	15.579	20.064	-	-	20.064	
Financiamento de títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	385	
Adiantamento sobre contrato de câmbio - ACC (nota 10)	-	-	1.182	13.634	-	-	14.816	745	-	-	745	
Títulos com característica de concessão de crédito (nota 11)	-	14.419	-	-	-	-	14.419	6.564	-	-	6.564	
Total	941	55.053	68.293	27.243	25.223	389.828	566.581	307.306	-	-	307.306	

12. Rendas a Receber

	2013	2012
Comissões por garantias prestadas a receber	989	139
Serviços prestados a receber de sociedades ligadas (nota 21.b)	110	1.662
Serviços prestados a receber (a)	1.725	8.294
Outras rendas a receber (b)	2.190	237
Total	4.014	10.332

(a) Refere-se, principalmente, a comissões a receber pela prestação de serviços de assessoria financeira. (b) Referem-se a comissões sobre garantia de operações em moeda estrangeira.

13. Investimentos

(a) Participação em controlada:

★ continuação **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 e para o Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2013** (Em milhares de reais)

por laudo elaborado por peritos independentes, com base em balanço levantado em 30 de junho de 2012, foi efetuada pela absorção de todos os ativos e passivos da CGD Participações, que se extinguiu, tendo sido sucedida pela CGD Investimentos em todos os seus bens, direitos e obrigações. Dessa forma, o Banco passou a deter participação direta de 50% do capital social da CGD Investimentos. A CGD Investimentos para fins da incorporação reversa pela adquirida CGD Participações teve o valor do seu patrimônio líquido reduzido, através de provisão integral da diferença entre o valor pago na aquisição em relação ao seu patrimônio líquido (ágio de rentabilidade futura) em 31 de outubro de 2012, no montante de R\$109.974, líquido do efeito tributário apurado sobre a parcela da diferença relativa ao ágio de rentabilidade futura, no montante de R\$31.790, sendo valor líquido de R\$78.584.

Ágio de rentabilidade futura	79.474		
(-) Benefício fiscal registrado na Corretora (40% sobre o ágio de rentabilidade futura)	31.790		
(+) outros	400		
(=) Ágio de rentabilidade futura a ser alocado entre os investidores	48.084		
Ágio registrado no Grupo CGD (50% Banco e 50% Caixa BI)		BCG Brasil	Caixa BI
Licença	900	900	1.800
Sistemas/Softwares	350	350	700
Carteiras de clientes	14.000	14.000	28.000
Ágio - rentabilidade futura	24.042	24.042	48.084
Total	39.292	39.292	78.584

Desta forma, após a incorporação reversa, o ágio está demonstrado como se segue:

	Prazo meses	Custo	Valor amortizado acumulado (*)	Saldo líquido 2013	Valor amortizado 2013 (**)
Ativos intangíveis na incorporação:					
Licença - CVC	78	900	161	739	138
Sistemas/Softwares	60	350	82	268	70
Carteira de clientes	-	14.000	-	14.000	-
Ágio - rentabilidade futura	120	24.042	2.804	21.238	2.404
		39.292	3.047	36.245	2.612

(*) Amortização do ágio no período de Novembro de 2012 a Dezembro de 2013.

(**) A amortização do ágio no montante de R\$ 2.612, referente ao exercício findo de 2013, está registrada na rubrica "Outras despesas administrativas" (nota 25). **(c) Teste de redução ao valor recuperável do ágio (impairment):** O teste de redução ao valor recuperável do ágio (impairment) é efetuado anualmente, considerando a Entidade investida como uma única unidade geradora de caixa, visto que esse é o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado pela Administração. O valor recuperável é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro aprovado pela Administração e taxa de desconto de mercado. As projeções dos fluxos de caixa para o período orçado baseiam-se principalmente nos resultados líquidos esperados para o período. A Administração acredita que qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável. Assim, não foi identificada nenhuma perda por "impairment" para o ágio do Banco no exercício findo em 31 de dezembro de 2013. **(d) Informações adicionais sobre o investimento em controlada:** O Grupo Caixa Geral de Depósitos assumiu a gestão da CGD Investimentos em junho de 2012. A reorganização da Corretora e o foco nos seus objetivos estratégicos definidos exigiram um esforço operacional considerável. Por outro lado, em 2013 foram iniciados os investimentos necessários para fortalecer seus diferentes negócios, mas a queda significativa do nível de atividade no mercado de renda variável brasileiro no segmento de Pessoa Física, nesse exercício, foi determinante para apuração na Corretora de um resultado negativo. Em 31 de dezembro de 2013, a Administração da Corretora, ao avaliar o crédito tributário, decidiu pela sua baixa, no montante de R\$ 47.015, conforme requerido pela Resolução CMN nº 3.059 – artigo 5º por entender que passou a não possuir histórico de lucros ou receitas tributários para fins de imposto de renda e contribuição social futuros projetados em estudo técnico, e que não realizou em dois períodos consecutivos, 50% ou mais dos valores previstos em seu estudo técnico. Como consequência, a Corretora encerrou o exercício de 2013 com um resultado negativo de R\$ 56.990, o que implicou em que o Banco registrasse no período equivalência patrimonial negativa de R\$ 28.495, correspondente à sua participação de 50%, à qual se adicionam os custos de amortização do ágio decorrente do processo de aquisição de R\$ 2.612. A CGD Investimentos possui contingências tributárias cujas perdas foram avaliadas pelos assessores legais como possível.

14. Imobilizado de Uso

Está representado por:

	2013			2012		
	Taxa anual depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada
Instalações, móveis e equipamento de uso	10%	1.518	(548)	970	1.478	(401)
Comunicação	10%	559	(115)	444	290	(79)
Processamento de dados	20%	237	(167)	70	234	(125)
Veículos	20%	33	(18)	15	32	(11)
Total		2.347	(848)	1.499	2.034	(616)

15. Intangível

Está representado por licenças de uso de softwares destinados à manutenção das atividades do Banco, ou exercidos com essa finalidade, como segue:

	2013			2012		
	Taxa anual amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada
20%		1.318	(856)	462	1.106	(734)

16. Captações

a) Depósitos:

	2013			2012		
	De 1 a 90 dias	A vencer após 90 dias	Total	De 1 a 90 dias	A vencer após 90 dias	Total
Depósitos à vista			5.588			1.217
Depósitos a prazo			358.291			346.507
De 1 a 90 dias			117.052			17.188
De 91 até 360 dias			102.178			71.062
A vencer após 360 dias			139.061			258.257
Depósitos interfinanceiros			134.454			157.972
De 1 a 90 dias			131.436			71.395
De 91 até 360 dias			3.018			56.033
A vencer após 360 dias			-			30.544
Total de depósitos			498.333			505.696
Circulante			359.272			216.895
Exigível a longo prazo			139.061			288.801

Os depósitos a prazo e interfinanceiros com taxas pós-fixadas, no montante de R\$ 489.287 (R\$491.622 em 2012), apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") que variam de 99% a 113% (de 99% a 106% em 2012). Os depósitos a prazo com taxas pré-fixadas, no montante de R\$ 3.458 (R\$ 12.857 em 2012), apresentam taxas ao ano que variam de 9,19% a 13,49% (6,9% a 14,10% em 2012).

b) Captações no mercado aberto:

	2013			2012		
	De 1 a 90 dias	A vencer após 90 dias	Total	De 1 a 90 dias	A vencer após 90 dias	Total
Carteira própria	135.051	3.706	138.757	160.585	5.170	165.755
Letras do Tesouro Nacional - LTN	110.042	-	110.042	-	-	-
Debêntures	25.009	3.706	28.715	-	5.170	5.170
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	-	-	-	160.585	-	160.585
Total de captações no mercado aberto	135.051	3.706	138.757	160.585	5.170	165.755

c) Recursos de aceites e emissão de títulos: Representado por letras financeiras e letras de crédito imobiliário com taxas pós-fixadas, no montante de R\$ 18.086 (R\$ 7.415 em 2012) apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") que variam de 95% a 114,5% (91% a 113% em 2012). As letras financeiras e as letras de crédito imobiliário com taxas pré-fixadas, no montante de R\$ 6.558 (R\$ 4.443 em 2012), apresentam taxas ao ano que variam de 10,65% a 13,45% (10,65% a 11% em 2012). **d) Obrigações por repasses do país - Instituições Oficiais:** Representado por repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES Exim e operações de Fname nos montantes de R\$ 15.561 (R\$ 18.006 em 2012) e R\$ 4.678 (R\$ 13.058 em 2012), respectivamente, com prazo de vencimento de 2014 a 2024. **e) Obrigações por empréstimos no exterior:** Representadas pelas captações em dólares com a Caixa Geral de Depósitos New York Branch, no montante em reais de R\$ 94.494 (USD 39.750) e com o Banco do Brasil London Branch, no montante em reais de R\$12.891 (USD 5.500), com vencimento até 2 de outubro de 2014.

17. Outras Obrigações

a) Sociais e estatutárias:

	2013	2012
Depósitos para garantia de patrimônio líquido (*)	171	171
Dividendos e bonificações a pagar (**)	-	4.105
Total	171	4.276

(*) Representado por valores recebidos no País por conta e ordem da controladora, a Caixa Geral de Depósitos S.A.

(**) Referem-se a dividendos pagos aos acionistas sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio.

b) Fiscais e previdenciárias:

	2013	2012
Provisão para riscos fiscais e previdenciários (nota 18.a)	776	1.921
Impostos e contribuições a recolher	2.347	3.046
Impostos e contribuições diferidos (nota 19.c)	3.208	3.396
Total	6.331	8.363
Circulante	2.347	3.047
Exigível a longo prazo	3.984	5.316

c) Diversas:

	2013	2012
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota 21.b)	37	37
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas (*)	2.734	1.851
Provisão para riscos cíveis (nota 18.b)	110	110
Provisão para sucumbência de honorários advocatícios (nota 18.b)	182	182
Provisão para despesas de pessoal	4.658	9.087
Fornecedores a pagar	780	661
Outras	488	466
Total	8.989	12.394
Circulante	5.963	10.384
Exigível a longo prazo	3.026	2.010

(*) As responsabilidades por garantias e fianças prestadas, locais e internacionais, montam em R\$ 598.689

(R\$ 427.254 em 2012), para as quais foram registradas provisões para risco de crédito no montante de R\$ 2.734 (R\$ 1.851 em 2012), calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito, estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99.

Nível	Faixa de provisão - %	2013		2012	
		Curso normal	Provisão	Curso normal	Provisão
AA	-	248.129	-	188.343	-
A	0,50%	266.041	1.330	113.265	566
B	1,00%	56.598	566	124.226	1.242
C	3,00%	27.921	838	1.420	43
Total		598.689	2.734	427.254	1.851

18. Provisão para Risco e Obrigações Legais

A Administração do Banco, em 23 de junho de 2008, com respaldo do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos S.A., decidiu efetuar a provisão do valor em risco, para as contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, visando o saneamento do Banco Financeiro Português, em "Liquidação Ordinária", para que assim pudesse reiniciar as atividades como banco múltiplo. Com base nas atualizações dos processos ocorridas no exercício de 2013, a Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, reenquadrou os riscos e provisões, conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25 e Resolução CMN nº 3.823/09 (nota 18.c). Assim, o Banco possui provisões para contingências de natureza fiscal e cível, oriundas do Banco Financeiro Português, nos montantes de R\$ 776 (R\$ 1.921 em 2012) e R\$ 292 (R\$ 292 em 2012), respectivamente, as quais estão registradas nas rubricas "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" e "Outras obrigações - diversas". **a) Obrigações legais e contingências fiscais:** O Banco é parte em processo judicial de natureza tributária de IRPJ e CSLL sobre ganhos decorrentes da desmutualização da CETIP no montante de R\$ 319 que é caracterizado como passivo contingente e cujo risco de perda está classificado como possível pelo advogado externo.

Descrição	2013		2012	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Obrigações legais:				
Contribuição social (i)	-	-	364	-
PIS (ii)	-	-	1.484	-
ISS (iii)	704	704	-	-
Subtotal	704	704	1.848	-
Contingências fiscais:				
ISS (iv)	-	1.586	-	1.465
IRPJ	72	-	73	-
Subtotal	72	1.586	73	1.465
Total	776	2.290	1.921	1.465

(i) Referiam-se, principalmente, a autuações sofridas pelo não-recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos exercícios de 1997 e 1998, cujas bases de cálculo, utilizadas para recolhimento desse tributo, estão sendo questionadas pela Receita Federal do Brasil - RFB. Em 31 de dezembro de 2013, o Banco efetuou o pagamento dessa contribuição através do programa de parcelamento e quitação de débitos fiscais (REFIS/Anistia Lei nº 11.941/09), conforme nota explicativa 18.d. (ii) Referiam-se, principalmente, a processo de compensação de PIS repique dos anos de 1995 a 2002. Em 31 de dezembro de 2013, a Receita Federal do Brasil finalizou a verificação das compensações efetuadas pelo Banco no período de 1995 a 2002, informando que o Banco não possui nenhuma obrigação a pagar. (iii) Refere-se ao valor do ISS controverso sobre garantias e fianças prestado a clientes relativo ao exercício de 2012 e ao primeiro semestre de 2013 no montante de R\$ 704, cujos assessores jurídicos classificaram como perda possível. (iv) Refere-se a processo sobre base de cálculo de ISS do município do Rio de Janeiro. O Banco deu em garantia a execução fiscal deste processo Letras Financeiras do Tesouro - LFT no montante de R\$ 1.586 (R\$ 1.465 em 2012). Na opinião dos assessores jurídicos a contingência para este processo é remota. **b) A movimentação das provisões passivas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é a seguinte:**

	2013		2012	
	Obrigações legais e previdenciárias	Contingências cíveis	Sucumbências cíveis	Total
Saldo em 31/12/2011	1.878	110	182	2.170
Constituição (nota 27.b)	43	-	-	43
Saldo em 31/12/2012	1.921	110	182	2.213
Saldo em 31/12/2012	1.921	110	182	2.213
Constituição (nota 27.b)	742	-	-	742
Pagamento	(209)	-	-	(209)
Baixa (nota 27.a)	(1.678)	-	-	(1.678)
Saldo em 31/12/2013	776	110	182	1.068

c) O detalhamento das obrigações legais e contingências fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é o seguinte:

	2013		2012	
	Obrigações legais e contingências fiscais	Contingências cíveis e sucumbências	Obrigações legais e contingências fiscais	Contingências cíveis e sucumbências
Perdas	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado
Prováveis	-	-	265	265
Possíveis	1.146	776	1.042	27
Remotas	740	-	2	-
Total	1.886	776	1.309	292
Quantidade	5	-	6	7

d) Adesão ao programa de parcelamento e quitação de débitos fiscais (REFIS/Anistia lei nº 11.941/2009). Em 31 de dezembro de 2013, o Banco aderiu ao programa para quitação de débitos fiscais (REFIS), estabelecido na Lei nº 11.941/09, regulamentado pela portaria conjunta PGFN/ RFB nº 07, de 15 de outubro de 2013, tendo sido incluídos nos programas os seguintes débitos:

Tributos federais	Principal	Multa e juros	Valor total	Valores pagos
Imposto de operação Financeira	123	480	603	336
Contribuição Social	73	302	375	209

19. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim demonstrados:

	2013		2012	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	
Resultado antes da tributação sobre o lucro, líquido da participação no lucro	(17.546)	(29.734)	22.078	
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente	-	7.018	11.894	(8.831)
Efeito das adições e (exclusões) na apuração do imposto:				
Despesas com gratificações e benefícios	(193)	(694)	(514)	
Reversão de provisões constituídas em exercícios anteriores (*)	128	128	145	
Reversão de IR diferido	-	1.941	-	
Resultado de Equivalência Patrimonial	(10.431)	(11.398)	(1.092)	
Juros sobre capital próprio (vide nota 20.b)	-	-	1.932	
Amortização do Ágio	(522)	(1.045)	-	
Outros	(119)	(193)	(383)	
Resultado de imposto de renda e da contribuição social do semestre/exercício	(4.119)	633	(8.743)	

(*) Referem-se, basicamente, as provisões para riscos cíveis e fiscais, referente ao Banco Financeiro Português (nota 18.c) que não foram constituídos créditos tributários anteriormente por não ter atendido as exigências da Resolução CMN nº 3.535/08. **b) Composição e movimentação do crédito tributário sobre diferenças temporárias:** A Administração do Banco efetuou o reconhecimento de créditos tributários sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 9.612 (R\$ 9.163 em 2012), fundamentado em estudo técnico, o qual considera a previsão de base tributária positiva no futuro, conforme requerido pela Resolução CMN nº 3.535/08. Dessa forma, os créditos tributários e as obrigações diferidas foram constituídos sobre as adições e exclusões temporárias às alíquotas vigentes e serão realizados quando da utilização, dedutibilidade e/ou reversão das respectivas provisões constituídas, conforme demonstrado abaixo:

	2013	2012
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	2.362	1.707
Marcação a Mercado	3.143	1.454
Marcação a Mercado - Títulos para negociação	375	-
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	897	2.763
Provisão para contingências fiscais	310	1.441
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	1.093	740
Base Negativa e Prejuízo Fiscal	1.302	892
Outras	130	166
Total	9.612	9.163

c) Composição de obrigações diferidas:

★ **continuação** **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 e para o Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2013** (Em milhares de reais)

	Saldo em 31 de dezembro de 2012	Constituição/ (realização)	Saldo em 31 de dezembro de 2013
Saldo de créditos tributários	9.163	449	9.612
Ajustes de marcação a mercado de derivativos	(3.396)	188	(3.208)
Saldo de obrigações diferidas	(3.396)	188	(3.208)

e) Expectativa de realização e valor presente dos créditos tributários e obrigações diferidas: Os créditos tributários e as obrigações diferidas serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrarem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais que os originaram forem compensados. Apresentamos abaixo a estimativa de realização desses créditos tributários e obrigações diferidas, de acordo com o estudo técnico formalizado pela Administração do Banco:

	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Total
Créditos tributários	3.798	3.674	462	278	1.400	9.612
Obrigações diferidas	–	(3.208)	–	–	–	(3.208)

Para cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizado como custo de captação a taxa SELIC atual, aplicada sobre o valor nominal. O valor presente dos créditos tributários e obrigações diferidas totalizavam R\$ 8.674 e R\$ 2.888, respectivamente.

20. Patrimônio Líquido

a) Capital social: O capital social, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, totalmente subscrito e integralizado está representado por 1.073.170 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de domiciliados no exterior no montante de R\$ 400.000. **b) Dividendos:** Conforme o estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório à razão de 5% do lucro líquido anual, nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores. De acordo com o previsto na Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, o Banco, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, optou pela distribuição dos juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação média da TJLP, o que resultou na destinação aos acionistas de R\$ 4.829 e imposto de renda retido na fonte no montante de R\$724. Esses juros sobre o capital próprio reduziram o encargo de imposto de renda e contribuição social no exercício em R\$1.932. **c) Reservas de lucros:** A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro do exercício até o limite definido pela legislação societária. O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$ 13.335, foi destinado para reservas de expansão no montante de R\$ 7.840 e reserva legal no montante de R\$ 666. A Administração irá propor na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em abril de 2014, a transferência da totalidade do saldo registrado em reserva de expansão para a reserva especial de lucros e, posteriormente, a absorção do prejuízo do exercício com essa reserva e com a reserva legal, permanecendo na conta de prejuízos acumulados o saldo de R\$ 2.156.

21. Transações com Partes Relacionadas

a) Remuneração da Administração: O Conselho de Administração aprovou um novo plano de remuneração fixa e variável aplicável aos diretores estatutários em conformidade com as disposições da Resolução nº 3.921/10, do Conselho Monetário Nacional. Os membros do Conselho de Administração recebem apenas remuneração fixa. O novo plano tem como principais objetivos: (i) alinhar a política de gestão de riscos com a remuneração dos Administradores do BCG-Brasil; (ii) não incentivar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pelo BCG-Brasil; (iii) motivar os Administradores a promover e suportar o crescimento do negócio, bem como os demais interesses dos acionistas; (iv) direcionar os Administradores no que tange aos principais objetivos de curto e de longo prazos; e (v) estabelecer formas de pagamento da remuneração variável atreladas à performance futura e à perenidade do negócio. A remuneração definida no plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Banco; (ii) o resultado geral do Banco, em particular o lucro recorrente realizado; (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (v) o desempenho individual dos Administradores com base em metas definidas para cada administrador; (vi) o desempenho da unidade de negócios; e (vii) o desempenho do Banco como um todo. A remuneração variável será calculada: (a) 50% (cinquenta por cento) a ser paga em espécie, em até 60 (sessenta) dias após a apuração dos resultados do exercício pertinente; (b) 10% (dez por cento) a ser pago em espécie, em até um ano do exercício pertinente, devendo esse valor ser calculado com base na variação ocorrida no valor contábil do patrimônio líquido do BCG-Brasil nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao seu pagamento, livre dos efeitos das transações realizadas com os proprietários, considerando os balanços publicados (os itens 'a' e 'b' serão considerados, em conjunto, "Remuneração Variável Direta"); (c) 40% (quarenta por cento) a ser pago em espécie, de forma diferida considerando que o Banco é empresa de capital fechado, não possui ações negociadas no mercado e não emite instrumentos baseados em ações ("Remuneração Variável Diferida"). O direito ao recebimento a cada uma das parcelas da Remuneração Variável Diferida fica sujeito ao risco de perda total ou parcial no caso de redução significativa do lucro recorrente realizado ou de ocorrência de resultado negativo do Banco ou da unidade de negócios nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao seu pagamento, observado, ainda, em caso de desligamento dos Administradores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi pago aos Administradores o montante de R\$ 2.611 (R\$ 4.394 em 2012), considerando salários, encargos e benefícios. **b) Transações com partes relacionadas:** As partes relacionadas do Banco incluem transações com a entidade controladora, a Caixa Geral de Depósitos S.A. - Lisboa, e as demais entidades do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de capital exclusivamente público e controlado pelo Estado de Portugal. As transações com partes relacionadas foram contratadas em condições compatíveis com as práticas de mercado vigentes nas datas das operações, considerando-se a ausência de risco e estão resumidas a seguir para 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

	Grau de relação	2013		2012	
		Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Disponibilidades					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	1.106	–	98	–
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez					
Caixa Geral de Depósitos - New York	Ligada	–	1	26.558	1
Instrumentos financeiros derivativos					
CGD Investimentos, CVC	Controlada	204	–	–	–
Câmbio - posição ativa					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	–	–	15.284	–
Outros créditos					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	53	–	52	–
Caixa Banco de Investimento	Ligada	13	–	1.662	–
Sucursal Grand Cayman	Ligada	97	–	–	–
Investimento - participação em coligadas e controladas					
CGD Investimentos, CVC	Controlada	79.018	(5.066)	86.696	(2.730)
Depósitos					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(7)	(1)	(7)	–
Caixa Banco de Investimento	Ligada	(5.590)	(485)	(5.455)	(491)
CGD Investimentos, CVC	Controlada	(50.203)	(6.084)	(126.034)	(4.497)
Administradores	Pessoal-chave	(914)	(97)	(1.513)	(97)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos					
CGD Investimentos, CVC	Controlada	(100)	–	–	–
Administradores	Pessoal-chave	(584)	(1)	(229)	(1)
Obrigações por empréstimo no exterior					
Caixa Geral de Depósitos - New York	Ligada	93.718	(137)	–	–
Câmbio - posição passiva					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	–	–	(15.284)	–
Outras obrigações - Sociais e Estatutárias					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controlador	(171)	–	(4.276)	–
Outras obrigações - Fiscais e Previdenciárias					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controlador	–	–	(724)	–
Outras obrigações diversas					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controlador	(37)	–	(3)	–
Caixa Banco de Investimento	Ligada	–	–	(34)	–
Receita prestação de serviços, comissão e estruturação de operações					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	–	897	–	14
Banco Nacional Ultramarino	Ligada	–	–	1.249	965
Caixa Banco de Investimento	Ligada	–	861	–	1.540
BNU Macau	Ligada	–	272	–	–
Caixa Geral de Depósitos - New York	Ligada	–	1.577	–	–
Outras receitas operacionais					
CGD Investimentos, CVC	Controlada	–	–	–	54
Caixa Banco de Investimento	Ligada	–	194	–	–

A Diretoria

Aos Administradores e Acionistas do **Banco Caixa Geral - Brasil S.A.** São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Caixa Geral - Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Relatório dos Auditores Independentes

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas

Controller: Lúcio Fábio Tavares Garcia - CRC 1SP223923/O-4

contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração do Banco, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Caixa Geral - Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 27 de março de 2014

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8
Marcelo Luiz Teixeira Santos
 Contador
 CRC nº 1 PR 050377/O-6

Deloitte.